

Francis Casagrande Zanella<sup>1</sup>  
Marcos Botton Piccin<sup>2</sup>

## *Condições de emergência dos sem-terra em meio a reconfigurações do espaço estancieiro no Rio Grande do Sul*

### **Introdução**

Neste artigo procuramos compreender os principais condicionantes objetivos e subjetivos sob os quais se processaram as lutas simbólicas pela legitimidade da luta pela terra na região que denominamos *estancieira*, no Rio Grande do Sul (RS), também chamada região da Campanha ou Fronteira Oeste. Vislumbra-se, com o conceito de *região estancieira*, referenciar o conjunto de espaços físicos e simbólicos que remontam à conformação de *estâncias* criadoras de gado extensivo e de seus senhores, os *estancieiros*, a partir do século XVIII, nas áreas de campos do Rio Grande do Sul. Por séculos as estâncias estruturaram o conjunto de posições e condições sociais dos agentes nesse espaço, sendo que datam apenas das décadas de 1980-90 consideráveis processos de reconfiguração na morfologia social dessa região (PICCIN, 2012), o que justifica a utilização do termo região ou espaço *estancieiro* como referência ainda representativa do poder simbólico (BOURDIEU, 1989) detido pelos proprietários fundiários e de suas condições para produzir as visões de mundo legítimas.

Em termos específicos de localização e período analisados, buscamos esboçar um quadro geral das estratégias em jogo no acirramento de tensões entre os autodenominados *sem-terra* e os *produtores rurais* em São Gabriel (RS), especialmente no ano de 2003. Por mais que as pressões por reforma agrária já se expressassem em domínios *estancieiros* desde a década de 1990 (DA ROS, 2012), o ano de 2003 foi significativo em termos da perspectiva de expansão da política agrária pelo recém-empossado

---

<sup>1</sup> Mestre em Extensão Rural pelo Programa de Pós-Graduação em Extensão Rural (PPGExR) da Universidade Federal de Santa Maria (UFSM). E-mail: franciszanella@gmail.com.

<sup>2</sup> Doutor em Ciências Sociais pela Universidade Estadual de Campinas (Unicamp) e professor adjunto no Departamento de Educação Agrícola e Extensão Rural e dos programas de Pós-Graduação em Extensão Rural e Pós-Graduação em Ciências Sociais da UFSM. E-mail: marcospiccin@gmail.com.

presidente Luiz Inácio Lula da Silva, bem como da contundência com que se investiram esforços antagônicos em torno da legitimidade daquela reivindicação em São Gabriel. Este cenário foi gerador de uma ampla documentação composta de publicações de órgãos estatais, da imprensa de grande circulação, de movimentos sociais e das entidades patronais, as quais foram selecionadas como dados para as análises.<sup>3</sup>

A temática ora levantada – disputas das populações sem-terra/assentadas por legitimidade – é cara para os estudos acerca da questão agrária no estado. Muito próximo do que aqui se propõe estão o estudo de Berger (2003) sobre as interlocuções entre movimentos sociais, imprensa e estado no Rio Grande do Sul entre 1990-3, assim como o de Da Ros (2006) sobre as tensões recorrentes no plano das disputas pela política agrária entre 1999-2002. Outro conjunto de estudos tangencia a temática na medida em que busca desvendar as trajetórias de mobilização e migração recorrentes aos sem-terra no Rio Grande do Sul (GAIGER, 1999; NAVARRO; MORAES; MENEZES, 1999; ROSA, 2000; PICCIN, 2011; CHELOTTI, 2013; MACHADO, 2014; entre outros). Sem a intenção de esgotar o tema, consideramos carente a investigação acerca das categorias acionadas no âmbito das disputas simbólicas (BOURDIEU, 2004, p. 162) que envolvem a luta pela terra e que permeiam as relações de interdependência entre os agentes sociais nela implicados. Ou seja, uma análise de significados que estão em jogo nos tensionamentos entre entidades patronais e movimentos sociais, tendo em conta as condições estruturais do espaço social em que eles se manifestam.

Nesse sentido, destacamos que entre as pessoas socializadas na *região estancieira* os sem-terra foram vistos como agentes que “vêm de fora” em termos geográficos. No período analisado, os sem-terra partiram de outros municípios e de outras regiões do estado, destacadamente da região colonial e, mais recentemente, das regiões metropolitanas, o que resultou em raramente terem relações prévias com os moradores da

---

<sup>3</sup> As principais fontes deste levantamento foram: a) as decisões judiciais, relatórios e outros documentos oficiais consultados na Superintendência do Incra/RS; b) as notícias publicadas por jornais (principalmente *Zero Hora* e *Correio do Povo*) no período, também disponíveis de modo condensado no chamado *clipping* de notícias organizado pela assessoria de imprensa do Incra/RS; c) o livro de Sérgio Antônio Górgen *Marcha ao coração do latifúndio* que, como porta-voz dos sem-terra, procurou demonstrar “o relato e a versão dos ‘condenados da terra’” (GÖRGEN, 2004, p. 8), sendo que seu autor é frei pela Igreja Católica e oriundo de região de *colônias* do Rio Grande do Sul; e d) os livros de Tarso Francisco Pires Teixeira, intitulados *Visão da terra* (2006) e *Utopias do atraso* (2009), que visam “trazer os argumentos do produtor rural” (TEIXEIRA, 2006, p. 6), por meio dele, que é porta-voz de organizações da classe patronal, produtor rural e oriundo de município estancieiro. A noção de porta-voz que usamos se refere à propensão que agentes privilegiados de capital simbólico têm em produzir artefatos legítimos que darão ares de existência objetiva aos grupos que reivindicam representar nas lutas simbólicas dos campos sociais a que pertencem (BOURDIEU, 2004, p. 161-3).

Campanha gaúcha. Para o presente estudo, isso implica analisar em que medida as condições de socialização na *região estancieira* foram mais restritivas para a emergência ou assimilação local de contestações do regime fundiário, já que são categorias que teriam partido “de fora”. Para tanto, analisamos o contexto estancieiro comparativamente às lutas por direitos que se sucederam em outras partes do Rio Grande do Sul (ECKERT, 2009; BRUMER, 2009), bem como no nordeste e sudeste do país com a decadência de grandes propriedades fundiárias nas décadas de 1950-60 (STOLCKE, 1986; GARCIA JR., 1989).

Além desta introdução, o texto conta com outras cinco seções: a) contextualização acerca da economia estancieira no Rio Grande do Sul nas décadas 1980-90; b) análise dos processos que constituíram os assentamentos rurais brasileiros no período pós-ditatorial (1964-1985), com atenção para o Rio Grande do Sul na década de 1990; c) análise dos repertórios de ação dos sem-terra e produtores rurais pela legitimidade da reforma agrária em São Gabriel, no ano de 2003; d) a renovação de estratégias, especialmente no âmbito do Incra/RS, que acarretou a implantação de assentamentos em 2008; e) algumas considerações finais sobre as relações tensas que forjaram os vínculos de antigos moradores com os sem-terra na *região estancieira*. Para além das relações de oposição, uma sugestiva variabilidade demonstra potencial para outros estudos.

### **Lutas por terra na *região estancieira*: os sem-terra “vêm de fora”?**

Nesta seção, o intuito é discutir brevemente as reconfigurações na *região estancieira* do Rio Grande do Sul, relacionadas com a crise do preço de carnes recebido pelos produtores entre os anos 1980-90. Não vem ao caso aprofundarmo-nos sobre os processos que conformaram o espaço agrário gaúcho e o acúmulo de poder pelo setor estancieiro desde o século XVIII, o que pode ser consultado em uma vasta bibliografia, como em Pesavento (1980), Zarth (2002), Farinatti (2010), Piccin (2012), entre outros. Por enquanto, é importante ter em conta a cisão entre os processos de ocupação das áreas originalmente cobertas por florestas e campos do estado nos últimos séculos. Segundo Zarth (2002), nas áreas de campos, especialmente as localizadas ao sul e sudoeste do Rio Grande do Sul, desde o século XVIII, se conheceu um efetivo interesse sobre o controle geopolítico do território, o que possibilitou o estabelecimento dos extensos domínios de terras dos chamados *estancieiros*. As porções florestais do estado foram alvo de uma política de colonização entre o século XIX e início do século XX, a qual legou pequenas parcelas de terra principalmente a imigrantes europeus não ibéricos, sobretudo os quais

ficaram conhecidos como *colonos*, e, as regiões, como *colônias*.<sup>4</sup> O autor ainda destaca que às populações *indígenas* e *caboclas* não coube somente o aldeamento ou o isolamento nas matas como afirma parte da literatura, mas sua ocupação nas *estâncias* e pequenas indústrias (atafonas, olarias, curtumes etc.) do interior da província, na transição do trabalho escravo para o livre.

Em relação aos *estancieiros*, sua fase de mais prosperidade econômica no cenário econômico nacional teve duração entre as décadas de 1940 e 1980, com a emergência do mercado de carnes frigorificadas, destinadas aos setores sociais mais endinheirados, em relação ao do charque, que era destinado à alimentação das classes trabalhadoras. Neste período, os *estancieiros* passaram a controlar o preço de venda da carne porque dirigiam uma rede de frigoríficos formada na década de 1930 com recursos públicos (PICCIN, 2014a). Portanto, comercializavam um artigo de luxo em condições de mercado amplamente favoráveis, o que resultaria em sua ascensão econômica. Segundo Piccin (2012), esse foi um momento em que as formas de dominação baseadas na subordinação à figura dos senhores de terra permaneceram amplamente legitimadas como *modus operandi* nas relações de trabalho da produção pastoril. As estâncias tinham como principal elemento gerador de força de trabalho a presença dos *peões* que trabalhavam, sobretudo, em troca de moradia em pequenas áreas ou alojamentos cedidos na estância.

Escolhas ocupacionais alternativas a estes trabalhadores estavam fechadas no espaço social riograndense (PICCIN, 2012). Enquanto a ocupação das florestas nas *colônias* era feita basicamente por imigrantes, o mesmo ocorria com a emergente indústria de Porto Alegre, a qual priorizava explicitamente a preferência por imigrantes e seus descendentes (FORTES, 2001). Tais bloqueios permitiram e até incentivaram relações baseadas em contratos personalizados no *espaço estancieiro*, mesmo com a existência de um estatuto legal para trabalhadores rurais no país desde 1963, o Estatuto do Trabalhador Rural (ETR). Na própria organização sindical dos setores subordinados do campo no Rio Grande do Sul, nota-se que desde a década de 1960 os pequenos proprietários das regiões coloniais e as demandas por reforma agrária ganharam mais notoriedade. Os assalariados do campo, entre eles os *peões* da *região estancieira*, não ganharam centralidade nas disputas pela representação sindical legítima (PICCOLOTTO, 2011).

---

<sup>4</sup> Vale considerar uma distinção entre: a) *colônias velhas*, aquelas instaladas entre 1824 e 1890 em uma zona mais próxima de Porto Alegre; e b) *colônias novas*, instaladas entre 1890 e 1920, principalmente no noroeste do Rio Grande do Sul (SILVA NETO; OLIVEIRA, 2008). No presente artigo, o conjunto dessas *colônias*, inclusive as implantadas após 1920, serão denominadas apenas *colônias*.

É notável, ainda, que a legitimação do estatuto legal neste espaço é muito posterior ao que se viu no contexto canavieiro nordestino (GARCIA JR., 1989) e cafeicultor do sudeste (STOLCKE, 1986). As relações de dependência personalizada dos trabalhadores em grandes propriedades canavieiras ou cafeicultoras também foram regra até a década de 1960, aproximadamente, quando a existência da legislação trabalhista no campo representou uma possibilidade real de reconhecimento de direitos por parte dos trabalhadores nessas regiões. Garcia Jr. (1989, p. 60) procurou entender quais foram as mudanças que possibilitaram aos dominados na estrutura social do campo nordestino imprimirem reviravoltas simbólicas nas formas de conceber o espaço social. Para ele, três fatores se acumularam nesse processo: a) mudanças no polo dominante, em que os senhores de engenho entraram em declínio com o surgimento das usinas e diminuição do preço do açúcar no mercado internacional; b) chances de mobilidade espacial abertas aos trabalhadores que partiram para as áreas em industrialização, especialmente Rio de Janeiro e São Paulo; c) surgimento de organizações de representação dos camponeses com o intuito de intermediar as relações com os proprietários fundiários. No Rio Grande do Sul, um cenário como esse só foi possível a partir das décadas de 1980-90, em função dos fatores aqui discutidos que caracterizaram a formação econômica do estado.

No bojo das políticas neoliberais da década de 1990, a abertura do mercado nacional de carnes às implicações da globalização de mercados foi um dos principais fatores para a decadência da criação estancieira de gado no Rio Grande do Sul. As estratégias até então vigentes não foram mais capazes de garantir prosperidade econômica em um mercado competitivo. Destaca-se aí, por um lado, o esgotamento das medidas protecionistas do Instituto Rio-Grandense de Carnes, criado com recursos públicos na década de 1930 e instinto em 1991, e, por outro, a retração das condições de extração de trabalho com base em contratos personalizados junto aos *peões* (PICCIN, 2012; 2014b). A contestação legal deste tipo de relação de trabalho só veio a ocorrer com mais frequência neste período, quando também se ampliaram as possibilidades de migração para outras regiões do estado. Portanto, as novas regras de mercado, as possibilidades de mobilidade espacial e a legitimação de direitos aos trabalhadores rurais no espaço social restringiram as condições de possibilidade da dominação tradicional (WEBER, 1999) na estância pastoril.

Contudo, é razoável dizer que apesar do acesso a melhores condições materiais e do estatuto legal na intermediação de relações entre *peão* e *estancieiro*, a posse desigual da terra nesse espaço não chegou a ser sistematicamente contestada pelos setores subordinados, nem mesmo foi eliminada a dependência personalizada nas relações sociais de produção da grande propriedade. Ao mesmo tempo, organizações como o

Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST) mobilizaram-se de forma tardia na região, sendo então vistas como agentes estranhos, que “vinham de fora”, de outros lugares. Nesse sentido, os estudos de Eckert (2009) demarcam a consolidação das reivindicações por terra no estado a partir da década de 1960, bem como a expansão na década de 1980, considerando sua vinculação com as regiões coloniais do Rio Grande do Sul (BRUMER, 2009). De modo relacional, tal período era de franca ascensão dos setores estancieiros na região da Campanha (PICCIN, 2012). Conseqüentemente, essa regionalização das mobilizações que se localizaram inicialmente na região norte do estado se manteve na propagação de processos de assentamento rural que primeiramente se difundiram próximos às regiões coloniais (NAVARRO; MORAES, MENEZES, 2009).

Em outras palavras, muitos dos municípios da *região estancieira*, como São Gabriel, tomavam como estranhas as reivindicações por reforma agrária até a década de 2000. É neste período que, devido ao contínuo fechamento das possibilidades de desapropriação de terras em outras partes do estado (ALVES *et al.*, 2007), organizações como o MST passaram a investir esforços cada vez mais altos na *região estancieira*. É também quando surgiram no município de São Gabriel, em 2009, movimentos locais identificados com a luta pela terra, sem que isso significasse sua adesão ao MST (PICCIN, 2012, p. 418). Tal processo é tardio se comparado com as mobilizações por terras em Pernambuco, onde se formaram aproximações e dissidências com o MST desde 1985. Ali, desde o final da década de 1990, eclodia um “engenho” de movimentos sociais, o que afirma Rosa (2011) em referência à legitimação de uma pluralidade de movimentos locais de luta pela terra. Verificam-se, novamente, distâncias no tempo em relação aos períodos em que eclodiram repertórios legítimos de mobilização por terras pelos setores locais, tendo em vista regiões diferentemente marcadas pela grande propriedade fundiária. Por ora, o intuito é analisar as mobilizações do MST no direcionamento de suas pressões para São Gabriel, considerando-se um conjunto de agentes envolvidos nas lutas simbólicas pela posse legítima da terra na região.

### **Lutas simbólicas sobre a legitimidade da reforma agrária no Rio Grande do Sul**

Esta seção tem como ponto de partida o estudo de Da Ros (2006), sobre as disputas pelos rumos da política agrária no Rio Grande do Sul, onde a noção de *campo dos conflitos agrários* é entendida como espaço de relações sociais em que os agentes implicados têm como objeto de disputa a legitimação de distintas formas de posse e uso da terra pelo Estado. Neste espaço de relações é notável o protagonismo dos grandes proprietários e dos sem-terra. Contudo, as disputas entre eles não definem por si só uma

política agrária, mas pressionam a internalização de suas reivindicações nos governos federais e estaduais e em suas instâncias, de modo a condicionar o ritmo, a extensão e os mecanismos utilizados à atuação dos agentes do Estado (DA ROS, 2006, p. 20-9).

O delineamento desse campo social e as lutas simbólicas nele implicadas resultaram na oficialização de determinados critérios legítimos de disputa. Em outras palavras, é pelo resultado de lutas anteriores e pelo balanço da posse de capital simbólico que se cristalizam em alguma medida os procedimentos oficiais acionados pelos agentes nas suas lutas atuais (BOURDIEU, 2004, p. 163-5). Nesse sentido, a expansão da política de assentamentos rurais, conforme o processo de abertura democrática desde a década de 1980, desenhou um padrão apropriado de demandar terras perante os governos. As formas sociais de mobilização, conhecidas como *acampamento* e *movimento*, tornaram-se modos legítimos para serem reconhecidas como *conflitos* por terra e de obter respostas do Estado (SIGAUD, 2005; ROSA, 2009).

Decorre que, em função de condições próprias de cada espaço de relações onde se desenrolam conflitos por terra, as estratégias operadas pelos agentes envolvem certas variações nos expedientes de mobilização. Nesse sentido, Leite *et al.* (2004, p. 46-59) analisaram algumas regiões do Brasil que constituíram densas “manchas” de assentamentos rurais e verificaram certas variações nos padrões de mobilização. Como exemplos, apresentam diferenças entre as *ocupações massivas* de terras, as *ocupações paulatinas* por grupos de posseiros ao longo de décadas em áreas de fronteira agrícola e a *resistência na terra* por antigos moradores, parceiros, arrendatários e posseiros que reivindicavam a terra na qual trabalhavam contra a vontade de proprietários ou pretensos proprietários. Cada uma dessas situações foi característica de certas regiões onde se deflagraram certos padrões associados de públicos demandantes, de articulações patronais, de *ocupações* de terras e de respostas do Estado, o que compõe a diversidade dos assentamentos rurais brasileiros (LEITE *et al.*, 2004).

Entre os pesquisadores que se propuseram a estudar o tema dos conflitos agrários no Rio Grande do Sul, destaca-se Da Ros (2006), que fez amplo levantamento de como as pressões de organizações patronais rurais e de movimentos sociais do campo foram internalizadas pelo Estado entre 1999 e 2002. Tais organizações centralizam as pressões dos autodenominados produtores rurais e sem-terra. No Rio Grande do Sul, a categoria de identificação produtores rurais foi forjada nos debates que constituíram a União Democrática Ruralista (UDR) em 1986, de modo a aglutinar em torno de uma única identidade os grupos representados. A aproximação de proprietários rurais, grandes arrendatários e parceiros agrícolas teve como efeito a unificação como classe no posicionamento contrário à reforma agrária (DA ROS, 2006; p. 143-50). Ou seja, tal postura

atenuou as distinções entre grupos decadentes e emergentes na reconfiguração da morfologia social do *espaço estancieiro* (PICCIN, 2012). Já a categoria de identificação sem-terra emerge no contexto pós-ditatorial em reivindicações por terra protagonizadas por populações de *colonos* e *caboclos* no norte do Rio Grande do Sul, de onde se afirma o MST como seu principal porta-voz desde a década de 1980 (BRUMER, 2009). A adesão a esses movimentos se amplia especialmente nas regiões de *colônias* no norte do estado e na região metropolitana de Porto Alegre. As pressões dos sem-terra e a formação de assentamentos rurais em domínios estancieiros são expressivas a partir da década de 1990 (CHELOTTI, 2013).

Para Da Ros (2006), a conjuntura nacional do final da década de 1990 apresentou perspectiva favorável para ampliação da quantidade de projetos de assentamentos rurais nos mandatos de Fernando Henrique Cardoso (1995-1998; 1999-2002), do Partido da Social Democracia Brasileira. Em seu segundo mandato, conduziu-se um ajustamento nos modos de responder às pressões dos sem-terra, especialmente na promulgação de diretrizes que reduziam a participação do Estado na política agrária, além de priorizar os mecanismos públicos de compra de terras frente aos de desapropriação (DA ROS, 2006, p. 219-28). No governo do Rio Grande do Sul, durante o mandato de Olívio Dutra (1999-2002), do Partido dos Trabalhadores, intensificou-se a ação estadual na política de assentamentos, na qual se verificou o aumento de mobilizações do MST respondido com consideráveis quantidades de aquisições de terras para constituir *áreas reformadas na região estancieira* (DA ROS, 2006, p. 420).

Nesse contexto, a reação mais visível do setor patronal rural do Rio Grande do Sul contra a conjuntura favorável aos sem-terra foi a sua articulação em torno do chamado movimento *vistoria zero* (DA ROS, 2009). Conforme Da Ros (2009), a prática que originou este movimento consistia em criar *barreiras* aos técnicos do Incra para que não executassem as vistorias nas propriedades, já que era por meio delas que se declarava o nível de produtividade e as possibilidades de desapropriação para fins de reforma agrária. A crescente adesão a tal movimento se deu em função da entidade patronal fazer crer – pelas condições de impor seu ponto de vista como legítimo – que as vistorias afetariam o conjunto de propriedades dos produtores rurais (DA ROS, 2006, p. 229). Além disso, vale salientar que o *vistoria zero* ocorre precisamente no período em que os estancieiros tendem a abrir mão da exploração pastoril como atividade principal em virtude da crise de preços pagos ao produtor pela carne, na qual aumentam as possibilidades de venda ou arrendamento das terras. É notável, portanto, que o momento particular em que esses embates acontecem é o de crise das condições de reprodução do poder simbólico da classe estancieira nas bases até então estabelecidas, o que tende a reforçar os enfrentamentos no campo dos conflitos agrários quando os

sem-terra se apresentam nas lutas por legitimidade do acesso à posse e ao uso da terra (PICCIN, 2012).

Considerando-se que a produção de categorias legítimas de apreciação da realidade social está no âmago das lutas simbólicas (BOURDIEU, 2004, p. 162), Da Ros (2006) ainda apresenta elementos para visualizar o jogo de forças em termos de formação da opinião pública rio-grandense, especificamente quando se deu intensa atividade do governo estadual na implantação de novos assentamentos rurais no Rio Grande do Sul, entre 1999-2002. Tanto a representação do setor patronal como os partidos de oposição ao governo estadual no mandato de Olívio Dutra se posicionaram de modo a denunciar a aproximação política entre movimentos sociais e o governo, com o intuito de responsabilizá-lo pela emergência de conflitos e retardamento do cumprimento de ordens judiciais. Ao analisar o teor de certas matérias veiculadas por setores da mídia gaúcha, entre eles o grupo Rede Brasil Sul de Telecomunicações (RBS), subsidiário das Organizações Globo, no qual se destaca o jornal *Zero Hora*, Da Ros (2006, p. 331-9) demonstrou a importância relativa que tal veículo teve no sentido de respaldar os discursos dos partidos de oposição e do patronato rural.

Nesse sentido, o estudo de Berger (2003) traz considerações importantes para analisar de modo relacional os vínculos entre movimento social, imprensa e Estado. A autora observa como o MST necessita de uma mediação para intensificar suas interlocuções com o Estado, da mesma forma que o jornal *Zero Hora* precisa transparecer credibilidade para manter-se como fonte legítima de informação. Assim, portanto, “o MST *da e na Zero Hora*” é “um exemplo da construção simbólica de um movimento social pela grande imprensa” (BERGER, 2003, p. 13, grifos no original). Com base em tais considerações, analisam-se na seção seguinte as tensões no jogo de produção de uma versão legítima sobre a posse da terra em domínios estancieros.

### **“Esta terra tem dono”: as tensões entre sem-terra e produtores rurais em São Gabriel (RS) no ano de 2003**

Objetiva-se, nesta e na próxima seção, analisar estratégias e relações no *campo dos conflitos agrários* no Rio Grande do Sul, entre 2003-2008, sem que se esgote o conjunto de ações orquestradas pelos agentes no período. A escolha por este recorte temporal refere-se a um maior grau de direcionamento de tensões por reforma agrária no Rio Grande do Sul ao município de São Gabriel, processo que conduziu à formação de diversos assentamentos rurais em São Gabriel, Alegrete e Santa Margarida do Sul. Destaca-se que tais movimentações guardam muito em comum com as mobilizações e disputas discutidas na seção anterior, referentes aos governos de Fernando Henrique Cardoso e de Olívio Dutra.

Deve-se ter em conta que a posse de Luiz Inácio Lula da Silva na Presidência da República, em 2003, é tomada pelos movimentos sociais do campo como indicativo de uma fase de ampliação da política de assentamentos rurais no país (CANUTO; LUZ; AFONSO, 2003). Além disso, a posse de Miguel Rossetto como ministro do Desenvolvimento Agrário, responsável pela pasta da reforma agrária, gerou descontentamento de entidades patronais rurais no Rio Grande do Sul, uma vez que, como havia sido vice-governador do estado na gestão de Olívio Dutra (1999-2002), representaria certa “sintonia” com os movimentos de luta pela terra.<sup>5</sup> Estava em jogo a retomada de vistorias do Incra,<sup>6</sup> a revisão dos índices de produtividade usados nas vistorias e a revogação de medida provisória promulgada em 2000 por Fernando Henrique Cardoso, que impedia as vistorias por dois anos em áreas *ocupadas* e proibia, pelo mesmo período, que os seus ocupantes fossem assentados. A medida provisória se constituía em recurso importante aos setores patronais rurais para conter as *ocupações* como estratégia central de pressão dos sem-terra. Já a conservação dos índices de produtividade em patamares considerados baixos pelos sem-terra representava a principal reivindicação dos produtores rurais, a fim de reduzir a efetividade das vistorias (DA ROS, 2006, p. 228-30).

Nesse ínterim, no início de 2003 os produtores rurais e os sem-terra trocavam provocações em entrevistas a meios jornalísticos no Rio Grande do Sul, revelando tensões explícitas na *região estancieira*: enquanto produtores mencionavam as possibilidades de acionar a Justiça e até mesmo recorrer à formação de milícias entre seus trabalhadores subordinados – o que lembra as estratégias historicamente acionadas pelos senhores de terra e de *guerra* (PICCIN, 2012) no espaço estancieiro –, os sem-terra anunciavam que haveria “muitas desapropriações” no período.<sup>7</sup> Em março de 2003, é formado um *acampamento* pelo MST em um assentamento de Santana do Livramento, na fronteira oeste do estado, do qual se esperava partirem os sem-terra para *ocupações* em Dom Pedrito e São Gabriel. Como resposta, produtores rurais se organizaram nas chamadas *vigílias*, nas quais se revezam em *acampamentos* próprios, próximos às concentrações dos sem-terra, de modo a intimidá-los<sup>8</sup>. Por vezes, limitam-se à presença física, por outras, utilizam enfrentamentos físico e simbólico, como provocações, emissão de ruídos e bloqueio de estradas vicinais (GÖRGEN, 2004). Da Ros (2006, p. 262; 2009) também verificou a estratégia das *vigílias* por parte dos setores patronais rurais em

---

<sup>5</sup> *Sintonia com MST preocupa. Ruralistas pedem a Rossetto que “não avalize a baderna”* (Zero Hora, 4/1/2003).

<sup>6</sup> *Campanha teme a retomada de vistorias* (Zero Hora, 19/1/2003).

<sup>7</sup> *Ruralistas à espera* (Zero Hora, (?)/1/2003); *Entrevista: Gilmair Mauro, líder do MST. “Vai haver muita desapropriação”* (Zero Hora, 3/2/2003).

<sup>8</sup> *Ruralistas admitem o uso de armas* (Correio do Povo, 17/3/2003).

mobilizações do MST no Rio Grande do Sul, entre 1999 e 2002, além das barreiras à atuação dos funcionários do Incra no decorrer das vitórias ocorridas no período. Foi notável a atuação deste expediente em 2001 durante as tentativas de vistoria nas estâncias da família de sobrenome Southall, localizadas em São Gabriel, fator que coloca o município no centro das discussões estaduais sobre política agrária.

Em 2003, as tensões intensificaram-se quando foi anunciado por decreto presidencial, publicado em 19 de maio, que o complexo de estâncias denominado Southall tornava-se área de interesse social para reforma agrária, em condição passível de desapropriação. A repercussão do decreto foi expressiva, sendo chamada pelos meios jornalísticos como a “maior desapropriação da história do Rio Grande do Sul”, inclusive em manchetes de capa.<sup>9</sup> Imediatamente, lideranças do patronato rural e o prefeito de São Gabriel na época, Rossano Dotto Gonçalves, eleito pelo Partido Democrático Trabalhista, se mobilizaram para impedir o processo. Suas investidas foram acionadas, inicialmente, por meio de tratativas com deputados e com o então governador Germano Rigotto (2003-2006), do Partido do Movimento Democrático Brasileiro,<sup>10</sup> de modo a explorar o capital político como lideranças da categoria. Sem sucesso imediato nessas relações pessoais, procedeu-se com ações judiciais em nome do proprietário, nas quais se objetivou condenar os procedimentos utilizados pelo Incra na desapropriação, a fim de reverter o processo.<sup>11</sup>

Em seguida, no dia 2 de junho, a desapropriação foi suspensa<sup>12</sup> por ordem da ministra do Supremo Tribunal Federal Ellen Gracie Northfleet Palmeiro da Fontoura, sendo o ato acompanhado de comemoração por parte de produtores rurais e de seus apoiadores que, simultaneamente à divulgação da decisão, reuniam-se em São Gabriel.<sup>13</sup> Se corretos os argumentos de Gørgen (2004, p. 215-21), de que a referida ministra – relatora do processo que concedeu a liminar suspensiva – guardaria laço de parentesco por afinidade com a esposa do proprietário Alfredo Southall – por conta de ter sido casada e ter um filho com um primo-irmão dela –, entraram em cena dois elementos das estratégias de reconversão social das elites estancieiras efetuadas durante o século XX: a tendência de investimentos escolares como possibilidade para ocupar

---

<sup>9</sup> *União faz a maior desapropriação de terras no RS (Zero Hora, 21/5/2003); União decreta a maior desapropriação do Rio Grande do Sul (Jornal do Comércio, 21/5/2003); Reforma agrária: União faz maior desapropriação da história do Rio Grande do Sul (Correio do Povo, 21/5/2003).*

<sup>10</sup> *Prefeito e produtores reagem ao decreto (Zero Hora, 21/5/2003); Ruralistas tentam evitar a desapropriação (Correio do Povo, 22/5/2003); Assentamento pode começar em dois meses (Zero Hora, 28/5/2003).*

<sup>11</sup> *Ações contra a desapropriação (Correio do Povo, 24/05/2003); Campanha. Produtor sustenta que Incra errou. Justiça Federal determina perícia em desapropriação (Zero Hora, 29/5/2003).*

<sup>12</sup> *STF suspende desapropriação em São Gabriel (Zero Hora, 3/5/2003).*

<sup>13</sup> *Produtores festejam na campanha (Zero Hora, 3/5/2003).*

cargos prestigiados nas cidades e as condições de influência significativa nas decisões oficiais do Estado (PICCIN, 2012). Ou seja, o fato de certos agentes sociais ligados aos produtores rurais estarem mais bem posicionados em termos de volume e espécie de capitais úteis no campo de conflitos agrários teria lhes dado vantagens objetivas nas disputas.

Com o aceno de redução nas chances para desapropriação, seguiu-se um período de constantes movimentações de produtores rurais e sem-terra, em que São Gabriel ganhou centralidade nas tensões do período. No dia 10 de junho, iniciou-se no município de Pantano Grande uma *marcha* organizada pelos sem-terra com destino a São Gabriel,<sup>14</sup> município então denominado por eles como “coração do latifúndio” (GÖRGEN, 2004). Reuniram-se aproximadamente 800 marchantes dos *acampamentos* de Santana do Livramento, Júlio de Castilhos, Capão do Leão, Arroio dos Ratos e Pantano Grande para percorrer um trajeto de 180 km, em um período inicialmente estimado em 20 dias.

É necessário ter em conta que uma *marcha* se enquadra em um conjunto de estratégias de mobilização do MST, nas quais estão as *manifestações*, os *acampamentos* e as *ocupações*, entre outros, cada qual com diferentes objetivos, destinatários e graus de esforço (COMERFORD, 1999, p. 127-30). Uma longa *marcha* é um recurso ativado em um número reduzido de situações, tendo em vista que envolve alto grau de investimento físico dos marchantes, já que muitas vezes dispõem famílias inteiras a caminhar. Görgen (2004, p. 64-6) cita uma primeira longa *marcha* do MST no Rio Grande do Sul acionada em 1986 pelos *acampados* da fazenda Annoni, estratégia que seria repetida em 1991 por *acampados* de Bagé, em 1996, no denominado massacre de Eldorado dos Carajás no estado do Pará, e em 1997, em uma *marcha* nacional para Brasília. Depreende-se que uma *marcha*, por sua magnitude, é um evento “fotografável”, ou seja, que fornece elementos para a mediação da imprensa na interlocução com o Estado e o senso comum (BERGER, 2003). Portanto, o cenário de possibilidades e de disputas tornou possível colocar na estrada a estratégia de mais alto custo no repertório de mobilizações dos sem-terra, que é também a de maior possibilidade de eficácia simbólica.

Por parte das mobilizações dos produtores rurais, inicialmente, foi montada uma *vigília* nos arredores da estância dos Southall, de modo a prevenir uma possível *ocupação*.<sup>15</sup> Porém, com o desdobramento de uma *marcha* dos sem-terra, sucederam-se as *vigílias* em alguns dos municípios atravessados pelos marchantes. Também se conjecturou um *bloqueio* de estrada pelos produtores rurais, à medida que os sem-terra se aproximassem de São Gabriel.<sup>16</sup> Um dos *slogans* assumidos pelas

---

<sup>14</sup> MST *marcha* hoje para São Gabriel (Correio do Povo, 10/6/2003).

<sup>15</sup> Produtores monitoram estradas (Correio do Povo, 5/6/2003).

<sup>16</sup> Ruralistas estão em vigília (Zero Hora, 11/6/2003).

mobilizações dos setores afinados aos produtores rurais é a frase atribuída ao índio guarani-missionário Sepé Tiaraju: “esta terra tem dono”.<sup>17</sup> Tal frase teria sido dita pela mítica liderança indígena no contexto da Guerra Guaranítica (1754-1756) (BRUM, 2006, p. 3-5), na qual as terras das Missões, defendidas pelos índios, foram tomadas conjuntamente pelos exércitos português e espanhol, de modo que a região foi ocupada por estâncias de proprietários, geralmente, militares (ZARTH, 2002, p. 49-55). Nesse contexto, incomodados com a apropriação por seus opositores de um mito fundamental nas lutas por reforma agrária no estado (BRUM, 2006), os sem-terra reafirmaram seus vínculos com tal símbolo e passaram a carregar estandartes de Sepé Tiaraju à frente da *marcha* (GÖRGEN, 2004, p. 80, 119-21, 128). Brum (2006) analisa que a figura de Sepé Tiaraju é alvo de contínuas disputas representacionais no Rio Grande do Sul, onde o passado missionário é continuamente reelaborado na forja de identidades para as lutas do presente. Nesse cenário de disputas pela legitimidade das mobilizações, considera-se que seus itinerários estão sujeitos a elaborações, apropriações e reapropriações nos modos como são interpretados pelos agentes que as conduzem e que lhes imputam significados (COMERFORD, 1999, p. 145).

Nesse sentido, a construção de discursos por parte de setores dominantes de São Gabriel evocava uma pretensão de unidade não apenas da categoria dos produtores rurais, mas do conjunto de munícipes. A partir de formulações relativamente fechadas, idealizava-se um grupo que seria coeso e oposto aos sem-terra. Conceitos articulados com recorrência foram: “povo de São Gabriel”, “Campanha”, “Rio Grande”, bem como o *slogan* “Alerta Rio Grande: esta terra tem dono!”. Lado a lado a estes conceitos, decorriam as argumentações negativas aos sem-terra, de modo a deslegitimar a possibilidade de assentamento. Em proposições como a de que o município não teria condições de atender essas populações com serviços públicos,<sup>18</sup> reforçava-se subjetivamente uma divisão objetiva, fazendo os *de dentro* como merecedores e os *de fora* como intrusos. Entre os produtores rurais, acusava-se a desvalorização das terras vizinhas como consequência do possível assentamento e a insegurança no espaço rural como decorrência.<sup>19</sup>

---

<sup>17</sup> No dia 23 de maio foi divulgada nota no jornal *Zero Hora*, intitulada *Alerta Rio Grande: esta terra tem dono!*, na qual se repudiava a desapropriação e se convidava os “ruralistas do Rio Grande do Sul” para reunião no dia 2 de junho em São Gabriel. Assumiam autoria da nota: Prefeitura Municipal de São Gabriel, Câmara de Vereadores, Associação Comercial e Industrial, Câmara de Dirigentes e Lojistas, Sindicato do Comércio Varejista e Associação Médica de São Gabriel.

<sup>18</sup> *Prefeito e produtores reagem ao decreto (Zero Hora, 21/5/2003)*.

<sup>19</sup> *Fazendeiros temem futuros vizinhos (Zero Hora, 22/5/2008)*.

Relativizam-se tais elaborações enquanto artefatos próprios do jogo de forças no espaço social, no qual insultos e difamações compõem a disputa simbólica que busca imprimir as classificações legítimas do mundo social (BOURDIEU, 2004, p. 162-3). Em contraposição às idealizações de unidade acerca da comunidade local, divergências apareciam desde então em São Gabriel, dentre as quais se destacam algumas que foram divulgadas pela imprensa: uma vereadora do Partido dos Trabalhadores que denunciou ter recebido ameaças de morte por conta de sua posição favorável aos sem-terra,<sup>20</sup> a oferta de um produtor rural para que os marchantes *acampassem* em suas terras<sup>21</sup> e uma ação de panfletagem do sindicato dos professores estaduais.<sup>22</sup> Um dos fatores que tendeu a redimensionar opiniões por conta de seu extremismo foi a intitulada “Carta aos ratos”, um panfleto distribuído em São Gabriel no dia 16 de junho de 2003, sem autoria declarada, com conotação depreciativa e convidativa a atos de ódio contra os sem-terra.<sup>23</sup>

A chegada da *marcha* em São Gabriel se deu no mês de agosto e foi recebida por diversos representantes de movimentos sociais que se deslocaram de outros pontos do Rio Grande do Sul até a cidade. Apesar do sucesso da *marcha* em alcançar seu destino, não foi do mesmo teor a decisão do Supremo Tribunal Federal em acatar a liminar da ministra e anular o decreto da desapropriação.<sup>24</sup> Nesse sentido, naquele momento a *marcha* dos sem-terra não chegou ao desfecho por eles cobijado, de desapropriação em São Gabriel. O estado relativo em que as relações de força se estabeleceram naquele ano foi considerado favorável pelas formulações dos setores dominantes, os quais viram o resultado como demonstrativo de união da “brava gente gabriellense” contra os sem-terra (TEIXEIRA, 2006, p. 12-13). No bojo das tentativas de construção da percepção legítima dos fatos ocorridos em 2003, as organizações dos produtores rurais propuseram, no ano seguinte, mobilizações intituladas “Maio Verde”, as quais tinham como eixo a contraposição das mobilizações do MST que organiza *ocupações* e protestos denominados “Abril Vermelho” (TEIXEIRA, 2006). Por sua vez, os sem-terra consideraram que as mobilizações de 2003 não foram totalmente desfavoráveis, já que teriam gerado as bases para tentar, em um futuro próximo, colocar “uma estaca no coração do latifúndio” (GÖRGEN, 2004).

---

<sup>20</sup> *Sem-terra e ruralistas conflagram São Gabriel (Zero Hora, 19/6/2003).*

<sup>21</sup> *Produtor cede área ao MST na região de São Gabriel (Zero Hora, 5/7/2003).*

<sup>22</sup> *Cpers é favorável à reforma agrária (Correio do Povo, 2/7/2003).*

<sup>23</sup> *Governo reage às ameaças ao MST (Correio do Povo, 19/6/2003); Polícia investiga autoria de panfletos anônimos (Zero Hora, 20/6/2003).*

<sup>24</sup> *STF anula 1ª desapropriação de Lula no Rio Grande do Sul (Folha de S.Paulo, 15/8/2003).*

## Resistências patronais e novas estratégias do Incra/RS para aquisição de terras

Como já mencionado neste artigo, as décadas de 1980-90 representaram o princípio de um reposicionamento das posições de poder no *espaço estancieiro*, o que significou também que novas possibilidades estariam abertas para a posse da terra. Ao analisar essa reconfiguração, Piccin (2012) verificou que boa parte dos agentes sociais que se consolidaram como novos proprietários e arrendatários de grandes extensões produtoras de cereais em São Gabriel teve uma socialização primária enquanto descendentes de famílias da região de *colônias* no estado. Portanto, a possibilidade de arrendamento de terras aos *colonos*, conjecturada como escolha ainda na crise do charque, entre as décadas de 1920-30 (PICCIN, 2014a), enfim passou a ser acionada como estratégia recorrente pelos estancieiros, o que revela um contundente estado de crise da atividade pastoril. Por outro lado, isso não significa decadência das famílias estancieiras. O autor ressalta que a estratégia tomada por boa parte dessas famílias passou por reconversão social, em que a atividade pastoril deixa seu papel central, sendo a terra vendida ou arrendada, e os investimentos familiares se deslocam para acumulação de títulos escolares e atuação em funções de alto prestígio nas cidades.

É importante ter em conta que as tensões no âmbito dos *conflitos agrários* são uma expressão do balanço de condições objetivas de reprodução dos setores proprietários de terra. O que se passava na *região estancieira* no início dos anos 2000 tinha fortes vínculos com uma reconfiguração em curso quanto à posse da terra, em que grupos historicamente dominantes perdiam espaço. Nisso, a emergência dos sem-terra, bem como as possibilidades de serem reconhecidas as suas reivindicações, seria sintomática das condições objetivas e subjetivas no espaço social. Em outras palavras, a reconfiguração no âmbito da posse da terra não significava necessariamente que os estancieiros perdiam capital simbólico. Portanto, à medida que as visões de mundo legítimas no espaço social se mantinham relativamente estáveis, produziam-se soluções alternativas à reforma agrária para o tema da terra. É nesse ínterim que a aproximação entre criadores de gado, plantadores de arroz e soja, bem como de empresas do setor da celulose, seria fundamental para manter um grupo coeso de produtores rurais contra as pretensões dos sem-terra, pressionando o Incra/RS a articular novas estratégias para a aquisição de terras. Trataremos desse tema nas próximas páginas.

Retornando aos eventos de mobilização por terras em São Gabriel, deve-se considerar que as tensões em torno do município foram permanentes entre 2003 e 2008, alternando entre momentos mais ou menos contundentes. Ainda em 2003, no final do ano, houve tentativas de *ocupação* de terras pelos sem-terra no município. Em 2004, decorreram-se

as mobilizações do Abril Vermelho e do Maio Verde, dando ênfase aos acontecimentos de 2003. Durante o ano de 2005, fizeram-se novas vistorias em propriedades do município, porém seus resultados foram embargados judicialmente por se considerar que a grave estiagem em curso influenciaria os resultados. Logo no início do ano de 2006, ocorreu uma comemoração em São Gabriel, referente aos 250 anos de morte de Sepé Tiaraju, em evento organizado por diversas entidades ligadas aos sem-terra e, conseqüentemente, contestado pelo patronato rural. Ainda em 2006, procedeu-se nova discussão para revisão de índices de produtividade, sem mudanças. Ainda no mesmo ano, uma *marcha* dos sem-terra partiu de Santana do Livramento em direção a São Gabriel na tentativa de *ocupar* terras no município. Durante 2007, os sem-terra articularam locais para *ocupar* e montar *acampamentos* no município.<sup>25</sup> A partir desse ano, enfim, se esboçaram condições objetivas para que os assentamentos se efetivassem em São Gabriel no decorrer do ano de 2008. Uma determinação do Ministério Público Federal para dar encaminhamento às pressões dos sem-terra tendeu a acelerar a atuação do Incra/RS, que apresentava dificuldades para efetivar novos assentamentos.

Em setembro de 2007, os sem-terra organizaram nova *marcha* de modo a intensificar as mobilizações, desta vez partindo de três localizações diferentes do Rio Grande do Sul com destino à Fazenda Coqueiros, no município de Coqueiros do Sul, localizado no norte do estado.<sup>26</sup> Neste novo cenário de tensões, tais atos forçaram a destinação de um Termo de Ajustamento de Conduta (TAC) do Ministério Público Federal (MPF) e Ministério Público Estadual ao Incra/RS em novembro daquele ano, elaborado em audiência com representantes do Incra, do MST e dos produtores rurais.<sup>27</sup> Nele se exigia que até o final de 2008 fossem assentadas duas mil famílias, atendendo-se toda a demanda registrada nos *acampamentos* do Rio Grande do Sul no período (INCRA, 2008). Desse modo, o Termo veio legitimar juridicamente as mobilizações do MST, o esforço das famílias *acampadas* e as ações do Incra para adquirir terras. Tal cenário de reconhecimento dos *movimentos* e *acampamentos* pelo Estado vai de encontro ao que Rosa (2009) e Sigaud (2005) denominam de formas legitimadas e institucionalizadas de constituir *conflitos* de *luta* pela terra.

No entanto, o Incra/RS enfrentava limitações para realizar aquisições de terras desde 2003. Das 208 vistorias realizadas entre 2003 e 2008, apenas quatro resultaram em improdutividade, segundo os polêmicos índices de

---

<sup>25</sup> O compilado de mobilizações citado neste parágrafo foi organizado com base em dados obtidos em diversos artigos de jornal organizados nos livros de Teixeira (2006; 2009).

<sup>26</sup> *Sem-terra marcham até Coqueiros* (Zero Hora, 12/9/2007).

<sup>27</sup> *MST decide pôr fim às marchas* (Zero Hora, 13/11/2007).

lotação pecuária utilizados.<sup>28</sup> Além disso, o superintendente (INCRA, 2008) argumentava que os mecanismos jurídicos empregados colocavam as condições de compra de terras pelo Incra em desvantagem perante um aquecido mercado de terras no estado (COLUSSI, 2013). Desde antes da *marcha* que deflagrou o TAC em 2007, entre agosto e outubro, o Incra/RS já vinha abrindo editais para proprietários interessados na venda de terras. Apesar de as tratativas com proprietários terem avançado, a articulação do setor patronal rural foi contundente no sentido de convencer os proprietários a retirarem propostas já submetidas, visto que estas podiam ser consultadas assim que ofertadas, em função do princípio de publicidade dos atos públicos. Alterando seus métodos na condução de novos editais em 2008, o Incra/RS passou a usar de estratégias de comunicação mais sigilosas para negociar áreas com proprietários, processo pelo qual veio a se constituir a maior parte das aquisições, com o intuito de cumprir o TAC (INCRA, 2008).

Nesse sentido, é sintomático que enquanto se processava com mais força a possibilidade de proprietários fundiários venderem suas terras para o Incra, o setor patronal procurava legitimar os cultivos de soja e de eucalipto na região, já que estas atividades representavam vias alternativas para o uso das terras em suas mãos, seja por venda ou arrendamento. Artigos publicados entre 2007 e 2008 na imprensa, por Tarso Teixeira, então presidente do Sindicato Rural de São Gabriel, demonstram este comportamento, em que se alinham no mesmo discurso o combate ao MST e às propostas de zoneamento agrícola e ambiental que restringiam os financiamentos aos cultivos de soja e de eucaliptos na região. Soma-se a isso o argumento de que tais cultivos proporcionariam progresso e empregos para a Metade Sul do estado.<sup>29</sup>

No início de 2008, enquanto o Incra se mobilizava para cumprir as metas de assentamento, seguiram-se tensões entre produtores rurais e os sem-terra, na continuidade das *vigílias* às *ocupações*, além das tentativas de reintegração de posse das áreas *ocupadas*, tendo como foco São Gabriel, novamente. Em abril, o anúncio do MDA que significou a impossibilidade de adquirir a Fazenda Coqueiros,<sup>30</sup> alvo principal da *marcha* de 2007, provocou um redirecionamento das pressões do MST. Foi nesse contexto

---

<sup>28</sup> Em decorrência de pressões do “vistoria zero”, o Incra/RS montou comissão em 1998 para definir o tema com especialistas. O debate se travou entre aumentar, manter ou reduzir os índices mínimos de lotação pecuária nas terras do estado. A análise das posições dos agentes na comissão representa fielmente o jogo de forças no campo dos conflitos agrários. Suas decisões repercutiram na baixa taxa de desapropriações do período subsequente (DA ROS, 2006, p. 220-30).

<sup>29</sup> Artigos organizados pelo autor em Teixeira (2009, p. 136-42), intitulados: *Produtores, os verdadeiros excluídos* (Gazeta Gabrielense, 9/6/2007); *Zoneamento agrícola: avaliação técnica ou totalitarismo político?* (Gazeta Gabrielense, 29/08/2007); *Florestamento: promotor do desenvolvimento* (Jornal Rural, 29/11/2007); *Florestamento: o cultivo do progresso* (20/2/2008).

<sup>30</sup> *Coqueiros saiu da mira de desapropriação* (Zero Hora, 12/4/2008).

que, durante as mobilizações do denominado Abril Vermelho, aproximadamente 800 sem-terra *ocuparam* uma das estâncias dos Southall, em São Gabriel,<sup>31</sup> permanecendo depois *acampados* em imóvel que seria adquirido pelo Incra nas proximidades.<sup>32</sup> Sucederam-se diversas *ocupações* e reintegrações de posse no Rio Grande do Sul durante os meses seguintes,<sup>33</sup> enquanto o Incra enfrentava dificuldades para cumprir as metas do TAC.<sup>34</sup> No mesmo ano, novas orientações à Polícia Militar acarretaram o recrudescimento ante os *acampados*, no que era anunciado triunfalmente pelos jornais de grande circulação do estado como “nova tática para surpreender o MST”.<sup>35</sup> É importante ter em conta que durante o ano de 2008 emergiu com certa força no Ministério Público gaúcho a ideia de criminalização e dissolução do MST.<sup>36</sup>

A partir de julho, sucedeu-se o primeiro aceno positivo para as renovadas estratégias de aquisição de terras do Incra, visto que se anunciaram duas desapropriações em São Gabriel,<sup>37</sup> onde haviam se estabelecido os *acampamentos*, próximos aos domínios fundiários dos Southall. No final de 2008, o complexo de estâncias foi parcialmente convertido em área disponível para a política de assentamentos rurais<sup>38</sup>. A intensificação do conjunto de mobilizações dos sem-terra e das renovadas estratégias de aquisição de terras do Incra/RS desencadeou a aquisição de áreas para implantação de sete assentamentos no município de São Gabriel, dois em Alegrete e um em Santa Margarida do Sul, entre o final de 2008 e início de 2009, perfazendo aproximadamente 700 beneficiários da política de assentamentos rurais (INCRA, 2015).

## Considerações finais

Neste artigo analisaram-se tensões em relação à reprodução da grande propriedade fundiária em um contexto de reconfiguração de poderes no *espaço estancieiro* do Rio Grande do Sul. De forma relacional, analisou-se em que condições emergiram as pressões dos sem-terra em uma região onde as relações personalizadas de dominação tradicional se fazem persistentes na atualidade. As possibilidades para movimentos de luta pela terra se consolidarem na *região estancieira* se mostraram correlatas às condições objetivas e subjetivas em jogo no espaço social, no qual a grande propriedade fundiária e os produtores rurais são figuras legítimas no âmbito simbólico. A obtenção de terras para implementação de

---

<sup>31</sup> *Abril Vermelho leva sem-terra a São Gabriel* (Zero Hora, 15/4/2008).

<sup>32</sup> *Acampamento preocupa* (Diário de Santa Maria Web, 7/5/2008).

<sup>33</sup> *Proteção contra sem-terra* (Zero Hora, 20/6/2008).

<sup>34</sup> *Incra pede tempo para assentar* (Correio do Povo, 29/6/2008).

<sup>35</sup> *Nova tática contra MST; Brigada surpreende o MST em São Gabriel* (9/5/2008);

<sup>36</sup> *Conflitos sem fim. Por que duelam procuradores e sem-terra gaúchos* (Zero Hora, 27/6/2008).

<sup>37</sup> *Incra assentará 38 famílias em duas áreas de São Gabriel* (Zero Hora, 8/7/2008).

<sup>38</sup> *Incra adquire uma área da Fazenda Southall* (Correio do Povo, 8/11/2008).

assentamentos rurais em São Gabriel exigiu renovação de estratégias no âmbito do Incra/RS, visto que as articulações do setor patronal vinham evitando que proprietários optassem pela venda de terras ao Estado. Opções alternativas se apresentavam aos proprietários, entre elas a venda ou arrendamento de terras para o cultivo de soja e de eucaliptos. Com a efetivação dos assentamentos no município, estabeleceram-se bases objetivas potencialmente em favor dos sem-terra no âmbito das lutas simbólicas pela legitimidade da reforma agrária. Resta saber se, subjetivamente, terão forças para acumular novos ganhos nos embates com os setores historicamente estabelecidos na região.

Nesse sentido, também foi possível esboçar um quadro geral das relações de forças que constituíram a forja de vinculação entre os assentados e os mais antigos munícipes em São Gabriel. A efervescência de mobilizações do período entre 2003 e 2008 não foi vivenciada somente entre os sem-terra e os produtores rurais, mas também por outros grupos de antigos moradores da região na qual as terras estavam em disputa. Tanto as *marchas*, os *acampamentos* e as *ocupações*, por parte dos sem-terra, como as *marchas*, as *vigílias* e os *bloqueios* por parte dos produtores rurais – como estratégias em jogo para pressionar os agentes do Estado – foram vivenciados pelo conjunto de agentes interdependentes, antigos moradores ou sem-terra, e contribuíram para o estranhamento quanto àqueles que “vinham de fora”. No entanto, para além de um quadro referencial de oposições estanque, chama-se a atenção para as eventuais menções de apoio aos sem-terra, bem como para a emergência de movimentos locais de luta pela terra, ou seja, indicações da existência de gradações internas quanto à internalização de categorias “vindas de fora”. Nesse sentido, nosso intuito é compreender, a partir de outros estudos em andamento, a diversidade interna de posições entre agentes socializados na *região estancieira*, bem como as condições de aderência a pautas reivindicatórias por direitos entre as populações dominadas na estrutura desse espaço social.

## Referências bibliográficas

- CANUTO, Antonio; LUZ, Cássia R. da Silva; AFONSO, José B. Gonçalves. *Conflitos no Campo* – Brasil 2003. Apresentação. Goiânia: CPT Nacional – Brasil, 2003.
- ALVES, Flamarion Dutra. *Os impactos da territorialização dos assentamentos rurais em Candiota* – RS 2006. 137 f. Dissertação (Mestrado em Extensão Rural) – Universidade Federal de Santa Maria, Santa Maria, 2006.
- BERGER, Christa. *Campos em confronto: a terra e o texto*. 2ª. ed. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2003.

- BOURDIEU, Pierre. *O Poder Simbólico*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1989.
- \_\_\_\_\_. *Coisas ditas*. Tradução de Cássia R. da Silveira e Denise M. Pegorim. São Paulo: Brasiliense, 2004
- \_\_\_\_\_. Espaço físico, espaço social e espaço físico apropriado. *Estudos Avançados*, São Paulo, v. 27, n. 79, p.133-144, 2013.
- BRUM, Ceres Karam. “Esta terra tem dono”: Disputas de representação sobre o passado missionário no Rio Grande do Sul: A figura de Sepé Tiaraju. *Cadernos IHU Ideias*, São Leopoldo, ano 4, n. 46, 2006.
- BRUMER, Anita. Considerações sobre uma década de lutas sociais no campo no extremo sul do Brasil (1978-88). In: FERNANDES, B. M.; MEDEIROS, L. S.; PAULILO, M. I. (Orgs.). *Lutas Camponesas Contemporâneas: Condições, Dilemas e Conquistas. A Diversidade das Formas das Lutas no Campo*. São Paulo, NEAD/MDA, Editora Unesp, v. 2, p. 33-52, 2009.
- CHELOTTI, Marcelo Cervo. A dinâmica territorialização-desterritorialização-reterritorialização em áreas de reforma agrária na campanha gaúcha. *Campo-território*, Uberlândia, v. 8, n. 15, p.1-25, fev. 2013.
- COLUSSI, Joana. Quanto vale um hectare. Preço da terra sobe 240% em média no Estado em 10 anos. *Jornal Zero Hora*, Porto Alegre, 12 abr. 2013. Disponível em: <<http://zh.clicrbs.com.br/rs/noticias/campo-e-lavoura/noticia/2013/04/preco-da-terra-sobe-240-em-media-no-estado-em-10-anos-4103540.html>>. Acesso: 7 abr. 2018.
- COMERFORD, John Cunha. *Fazendo a Luta: sociabilidade, falas e rituais na construção de organizações camponesas*. Rio de Janeiro: Relumê Dumará, 1999.
- DA ROS, César Augusto. *As políticas agrárias durante o governo Olívio Dutra e os embates sociais em torno da questão agrária gaúcha (1999-2002)*. 2006. 477 f. Tese (Doutorado de Ciências Sociais em Desenvolvimento Agricultura e Sociedade) - CPDA/UFRRJ, Rio de Janeiro, 2006.
- \_\_\_\_\_. O movimento “vistoria zero” e a resistência do patronato rural às políticas de assentamentos no Rio Grande do Sul. *Sociologias*, Porto Alegre, v. 11, n. 22, p.232-278, jul./dez. 2009.
- \_\_\_\_\_. *Terra e poder no Rio Grande do Sul: as políticas agrárias durante o governo Olívio Dutra (1999-2002)*. Rio de Janeiro: Garamond, 2012.
- ECKERT, Cordula. O MASTER e as ocupações de terra no Rio Grande do Sul. In: FERNANDES, B. M.; MEDEIROS, L. S.; PAULILO, M. I. (Orgs.) *Lutas camponesas contemporâneas: condições, dilemas e conquistas. A diversidade das formas das lutas no campo*, v. 1. São Paulo: Editora

- UNESP; Brasília, DF: Núcleo de Estudos Agrários e Desenvolvimento Rural, 2009, p.71-92.
- FARINATTI, Luís Augusto Ebling. *Confins Meridionais: famílias de elite e sociedade agrária na fronteira sul do Brasil*. Santa Maria: UFSM, 2010.
- FORTES, Alexandre. *Nós do Quarto Distrito...: a classe trabalhadora portoalegrense e a Era Vargas*. Tese de Doutorado em história - Departamento de História, IFCH, Unicamp. 2001.
- GAIGER, Luiz Inácio. As Condições Socioculturais do Engajamento no MST. *Estudos Sociedade e Agricultura*, Rio de Janeiro, n. 13, p.70-92, out. 1999.
- GARCIA Jr., Afrânio. *O Sul: caminho do roçado, estratégias de reprodução camponesa e transformação social*. São Paulo: Marco Zero; Brasília: UnB; MTC-CNPq, 1989.
- GÖRGEN, Sérgio Antônio. *Marcha ao coração do latifúndio*. Petrópolis: Vozes, 2004.
- INCRA. Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária. *Arquivo de Registros do Processo de Aquisição de Imóvel Rural (Granja Santa Rosa)*. Porto Alegre, 2008.
- \_\_\_\_\_. *Projetos de reforma agrária conforme fases de implementação*. 2015. Disponível em: <[http://www.incra.gov.br/sites/default/files/uploads/reforma-agraria/questao-agraria/reforma-agraria/projetos\\_criados-geral.pdf](http://www.incra.gov.br/sites/default/files/uploads/reforma-agraria/questao-agraria/reforma-agraria/projetos_criados-geral.pdf)>. Acesso: 7 abr. 2018.
- LEITE, Sérgio Pereira *et al.* Impactos dos assentamentos: um estudo sobre o meio rural brasileiro. *Estudos NEAD*, n. 6. São Paulo: Editora UNESP; Brasília: NEAD, 2004.
- MACHADO, Carmem Janaina Batista. *“Aqui até o arado é diferente”*: transformações no fazer agricultura e em hábitos alimentares entre famílias assentadas - um estudo realizado no Assentamento União, Rio Grande do Sul. 2014. 153 f. Dissertação de Mestrado em Desenvolvimento Rural - Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre. 2014.
- NAVARRO, Zander; MORAES, Maria Stela; MENEZES, Raul. Pequena história dos assentamentos rurais no Rio Grande do Sul: formação e desenvolvimento. In: MEDEIROS, L. S.; LEITE, S. (Orgs.). *A formação de assentamentos rurais no Brasil: processos sociais e políticas públicas*. Porto Alegre: EDUFRGS, 1999, p.19-68.
- PESAVENTO, Sandra Jatahy. *História do Rio Grande do Sul*. Porto Alegre: Mercado Aberto, 1980.

- PICCIN, Marcos Botton. *Habitus e agricultores-assentados: um estudo a partir do assentamento "menina dos olhos dos sem-terra"*. Seropédica: Editora da UFRRJ, 2011.
- \_\_\_\_\_. *Os senhores da terra e da guerra do Rio Grande do Sul: um estudo sobre as estratégias de reprodução social do patronato rural estancieiro*. 2012. 457 f. Tese de Doutorado em Ciências Sociais - Universidade Estadual de Campinas, Campinas. 2012.
- \_\_\_\_\_. Patronato estancieiro gaúcho: de subsidiários das lavouras de exportação a produtores de artigos de luxo. *Estudos Sociedade e Agricultura*, Rio de Janeiro, v. 22, n. 2, p. 253-285, out. 2014a.
- \_\_\_\_\_. Recomposições do espaço social em terras estancieiras: estilos de vida e cálculos econômicos. *Século XXI-Revista de Ciências Sociais*, Santa Maria, v. 4, n. 1, p. 11-48, 2014b.
- PICOLOTTO, Everton. *As mãos que alimentam a nação: agricultura familiar, sindicalismo e política*. Tese de Doutorado de Ciências Sociais em Desenvolvimento Agricultura e Sociedade - CPDA/UFRRJ, Rio de Janeiro, 2011.
- ROSA, Marcelo Carvalho. *O sem terra partido ao meio: um estudo de caso das relações sociais entre assentados e municípios receptores na região da Grande Porto Alegre - RS*. 2000. Dissertação de Mestrado de Ciências Sociais em Desenvolvimento Agricultura e Sociedade - CPDA/UFRRJ, Rio de Janeiro. 2000.
- \_\_\_\_\_. A "forma movimento" como modelo contemporâneo de ação coletiva rural no Brasil. In: FERNANDES, B. M.; MEDEIROS, L. S.; PAULILO, M. I. (Orgs.). *Lutas Camponesas Contemporâneas: Condições, Dilemas e Conquistas. A Diversidade das Formas das Lutas no Campo*. São Paulo, NEAD/MDA, Editora Unesp, v. 2, p. 95-112, 2009.
- \_\_\_\_\_. *O engenho dos movimentos sociais: Reforma agrária e significação social na zona canvieira de Pernambuco*. Rio de Janeiro: Garamond. 2011.
- SIGAUD, Lygia. As condições de possibilidade das ocupações de terra. *Tempo Social*. Revista de Sociologia da USP, São Paulo, v.17, n. 1, p. 255-80, jun. 2005.
- SILVA NETO, Benedito; OLIVEIRA, Angélica. Agricultura familiar, desenvolvimento rural e formação dos municípios do Estado do Rio Grande do Sul. *Estudos Sociedade e Agricultura*, Rio de Janeiro, v. 16, n. 1, p. 83-108, out. 2008.
- STOLCKE, Verena. *Cafeicultura: homens, mulheres e capital (1850-1980)*. Tradução de Denise Bottmann e João R. Martins Filho. São Paulo: Brasiliense, 1986.

TEIXEIRA, Tarso Francisco Pires. *Visão da terra*. Organizado por Cláudio Moreira. Porto Alegre: Martins Livreiro, 2006.

\_\_\_\_\_. *Utopias do atraso: desconstruindo mitos no campo*. Porto Alegre: Edigal, 2009.

WEBER, Max. *Economia e Sociedade: fundamentos da sociologia compreensiva*. Brasília, DF: UnB / São Paulo: Imprensa Oficial do estado de São Paulo, 1999.

ZARTH, Paulo Afonso. *Do arcaico ao moderno: as transformações do Rio Grande do Sul rural no Século XIX*. Ijuí: Editora da Unijuí, 2002.

ZANELLA, Francis Casagrande e Marcos Botton Piccin. Condições de emergência dos sem-terra em meio a reconfigurações do espaço estancieiro no Rio Grande do Sul. *Estudos Sociedade e Agricultura*, junho de 2018, vol. 26, n. 2, p. 285-308, ISSN 2526-7752.

**Resumo:** (*Condições de emergência dos sem-terra em meio a reconfigurações do espaço estancieiro no Rio Grande do Sul*). O objetivo deste artigo é analisar as disputas simbólicas em torno da legitimidade da luta pela terra no contexto de uma região historicamente constituída por domínios estancieiros no Rio Grande do Sul (RS). A intenção foi compreender as condições estruturais dadas para a inserção dos agentes sociais identificados como sem-terra no espaço de relações conformado pelos antigos habitantes dos municípios dessa região, notadamente em um cenário que, desde os anos 1980, é de crise das condições de reprodução estancieira com base na venda de carnes. Optou-se por um recorte que privilegiou os processos de mobilização social deflagrados entre 2003 e 2008 em São Gabriel (RS), os quais antecederam a implantação de assentamentos rurais no município. Analisaram-se repertórios de ação articulados em um *campo dos conflitos agrários* composto basicamente pelo patronato rural, movimentos sociais do campo e Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (Incra), além das intervenções de outros agentes como imprensa e Ministério Público. Argumenta-se que o estado de tensão que permeou tais lutas em torno de São Gabriel e que marcou negativamente os sem-terra como pessoas “vindas de fora” é tributário das condições estruturantes do espaço social, as quais restringiram a emergência de contestações locais quanto ao regime fundiário. Metodologicamente, este artigo é constituído por análise documental de processos oficiais do Incra/RS, de publicações na imprensa estadual e de

livros escritos por porta-vozes legítimos dos sem-terra e dos produtores rurais em relação aos acontecimentos do período.

**Palavras-chave:** reforma agrária, assentamentos rurais, patronato estancieiro gaúcho, conflitos agrários.

**Abstract:** (*Emergence of landless people in the midst of reconfigurations of ranching areas in the Rio Grande do Sul*). The objective of this article is to analyze the symbolic disputes around the legitimacy of the struggle for land in the context of a region historically constituted by ranching domains in Rio Grande do Sul (RS). Our intention was to comprehend the structural conditions leading to the insertion of social agents identified as landless in the space of relations established by the former inhabitants from the municipalities of that region, especially in a scenario that, since the 1980s, has been one of crisis for ranching reproduction based on the sale of meat. We opted for an analytical approach privileging social mobilization processes that took place between 2003 and 2008 in São Gabriel, RS, which preceded the implementation of rural settlements in the municipality. We analyzed action repertoires articulated in a setting of agrarian conflict composed basically of rural employers, rural social movements and the National Institute of Colonization and Agrarian Reform (INCRA), besides the interventions of other agents like the press and the Public Prosecutor's Office. It is argued that the state of tension that permeated such struggles around São Gabriel and that negatively marked the landless as people "coming from outside" is a tributary of the structural conditions found in the social space, which restricted the emergence of local disputes over the land tenure regime. Methodologically, this article is constituted by documentary analysis of official INCRA/RS processes, publications in the local press and books regarding the events of the period which were written by legitimate spokespersons of the landless people and of the rural producers.

**Keywords:** land reform, rural settlements, gaúcho ranch employers, agrarian conflicts.

Recebido em abril de 2018.

Aceito em maio de 2018.